

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	19
PREFÁCIO	21
CAPÍTULO I	
ASPECTOS DE UMA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL:	
UMA DISPUTA DE PARADIGMAS	25
1. Estado de direito e o conceito de paradigma	26
2. O paradigma do estado liberal	31
3. O paradigma do estado social	36
4. O paradigma do estado democrático de direito	41
5. O atual paradigma: modernidade ou pós-modernidade? ..	49
CAPÍTULO II	
TEORIA GERAL DO CONTROLE	
DE CONSTITUCIONALIDADE	55
1. Pressupostos do controle de constitucionalidade	55
2. Espécies de inconstitucionalidade	57
2.1 Inconstitucionalidade por ação e por omissão	57
2.1.1 Vício material ou nomoestático	58
2.1.2 Vício formal ou nomodinâmico	59
2.1.3 Vício de decoro parlamentar	62
2.2 Inconstitucionalidade total ou parcial	63
2.3 Inconstitucionalidade originária e superveniente	64
3. Modalidades de controle de constitucionalidade	71
3.1 Quanto ao momento do exercício do controle	71
3.1.1 Controle prévio ou preventivo	72
3.1.2 Controle posterior ou repressivo	77
3.2 Quanto à natureza do órgão com competência para o controle	80
3.2.1 Controle político ou não judicial	80
3.2.2 Controle judicial ou jurisdicional	81
3.3 Quanto ao órgão judicial que exerce o controle	81
3.3.1 Controle difuso	81
3.3.2 Controle concentrado	82

3.4	Quanto à forma ou modo de controle.....	82
3.4.1	Controle concreto.....	83
3.4.2	Controle abstrato.....	83
4.	Peculiaridades do controle de constitucionalidade.....	84
4.1	Normas materialmente e formalmente constitucionais.....	84
4.2	O fenômeno da recepção e o controle de constitucionalidade.....	86

CAPÍTULO III

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL..... 89

1.	Constituição imperial de 1824.....	89
2.	Constituição republicana de 1891.....	90
3.	Constituição de 1934.....	91
4.	Constituição de 1937.....	92
5.	Constituição de 1946.....	93
6.	Constituição de 1967.....	94
7.	Constituição de 1988.....	95

CAPÍTULO IV

CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE..... 97

1.	Origem histórica.....	98
2.	Características.....	100
2.1	Necessidade de um caso concreto.....	101
2.2	Controle incidental ou <i>incidenter tantum</i> ou por via de defesa ou por via de exceção.....	101
2.3	Causa de pedir.....	102
2.4	Competência para julgamento.....	103
2.5	Legitimidade.....	104
2.6	Efeitos, como regra, <i>inter partes</i> e <i>ex tunc</i> da declaração de inconstitucionalidade incidental.....	107
2.7	Objeto do controle difuso.....	108
3.	O controle difuso nos tribunais ou o “incidente de decretação de inconstitucionalidade” em tribunal.....	109
3.1	A obrigatoriedade do processamento do incidente.....	112
3.2	Características do incidente de inconstitucionalidade nos tribunais.....	113
3.3	Procedimento do incidente de inconstitucionalidade nos tribunais.....	114

3.4	Natureza do incidente de inconstitucionalidade	115
3.5	Participação de <i>amicus curiae</i>	116
4.	O controle difuso no Supremo Tribunal Federal	117
4.1	Requisito específico do recurso extraordinário	118
4.2	O papel do Senado no controle difuso de constitucionalidade	120
4.3	Teoria da abstrativização ou objetivação do controle difuso de constitucionalidade	123
5.	Questões correlatas ao controle difuso de constitucionalidade.....	132
5.1	O <i>binding effect</i> no controle difuso de constitucionalidade brasileiro	132
5.2	A ação civil pública como instrumento de controle difuso de constitucionalidade.....	133
5.3	Mandado de segurança, <i>habeas corpus</i> e outras ações correlatas no controle difuso de constitucionalidade	135

CAPÍTULO V

CONTROLE CONCENTRADO OU

ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE 137

1.	Evolução histórica.....	137
2.	A inconstitucionalidade como questão principal no controle concentrado de constitucionalidade.....	139
3.	Ações do controle concentrado de constitucionalidade.....	140

CAPÍTULO VI

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

GENÉRICA OU POR AÇÃO 141

1.	Legitimidade para agir.....	142
1.1	Pertinência temática	146
1.2	Capacidade postulatória.....	148
1.3	Natureza jurídica dos legitimados	149
2.	Objeto da ADI.....	149
2.1	Normas constitucionais	149
2.2	Leis.....	151
2.3	Súmulas.....	160
2.4	Resoluções administrativas do Conselho Nacional de Justiça ou do Conselho Nacional do Ministério Público....	160
2.5	Decretos.....	161

2.6	Respostas emitidas pelo TSE.....	162
2.7	Resoluções eleitorais do TSE.....	163
2.8	Outros atos normativos e administrativos	163
3.	O objeto da ADI e sua revogação.....	166
4.	Norma constitucional parâmetro e sua alteração	167
4.1	A natureza jurídica (ou <i>status</i> normativo) dos tratados internacionais com conteúdo de direitos humanos.....	167
4.1.1	Natureza jurídica dos tratados (salvo os que possuem conteúdo de direitos humanos).....	176
4.1.2	Natureza jurídica dos tratados sobre direitos humanos	177
4.2	Norma constitucional parâmetro e bloco de constitucionalidade	186
4.3	Revogação ou alteração da norma constitucional parâmetro.....	189
5.	Características da ADI	190
5.1	Processo objetivo.....	190
5.2	Causa de pedir ou causa <i>petendi</i> aberta.....	191
5.3	Imprescritibilidade	194
5.4	Impossibilidade de desistência	194
5.5	Impossibilidade de intervenção de terceiros	195
5.6	Princípio da parcelaridade	196
5.7	Inaplicabilidade das regras de suspeição e impedimento.....	196
5.8	Caráter ou natureza dúplice (ou ambivalente).....	197
6.	Competência para julgamento da ADI.....	197
7.	Procedimento da ADI.....	198
7.1	Propositura e petição inicial.....	198
7.2	Informações das autoridades das quais emanou o ato normativo e as manifestações do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República	199
7.3	Determinação de pauta para julgamento	203
7.4	Julgamento.....	203
8.	A medida cautelar	205
9.	<i>Amicus curiae</i> ou amigo da corte	212
10.	Efeitos da decisão final da ADI	217
10.1	Efeito vinculante	217
10.1.1	Limites objetivos.....	220
10.1.2	Limites subjetivos.....	223
10.2	Efeito <i>erga omnes</i>	225

10.3 O efeito <i>ex tunc</i> e a modulação de efeitos.....	225
10.4 Efeito repristinatório tácito	230

CAPÍTULO VII

AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE..... 233

1. A presunção de constitucionalidade das leis e a utilidade da ADC.....	234
2. Objeto da ADC.....	235
3. Procedimento.....	236
3.1 Propositura e petição inicial.....	236
3.2 Informações das autoridades das quais emanou o ato normativo, as manifestações do Advogado-Geral da União (AGU) e do Procurador-Geral da República (PGR) e o julgamento..	238
4. Medida cautelar	240

CAPÍTULO VIII

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO... 243

1. Objeto da ADI por omissão	244
1.1 Pressupostos da inconstitucionalidade por omissão..	245
1.2 Normas de eficácia limitada.....	245
1.3 Não cumprimento de certa e determinada norma constitucional.....	246
1.4 Inexistência de medida legislativa ou administrativa capaz de tornar exequível a norma constitucional	247
1.5 Decurso de tempo razoável para a edição da medida omitida.....	248
1.6 Amplitude das normas	250
1.7 Perda do objeto da ADI por omissão.....	250
2. Competência, legitimidade e <i>amicus curiae</i>	251
3. Procedimento.....	252
4. Efeitos da decisão final da ADI por omissão.....	255
4.1 Efeitos da decisão final da ADI por omissão total ou absoluta.....	255
4.2 Efeitos da decisão final da ADI por omissão parcial....	260
5. Fungibilidade entre ADI e ADI por omissão	261
6. O mandado de injunção e a distinção entre esse instrumento e a ADI por omissão	263
6.1 Hipótese de controle difuso de constitucionalidade..	264
6.2 Objeto	265
6.3 Legitimidade.....	267

6.4	Competência.....	268
6.5	Procedimento.....	269
6.6	Efeitos da decisão final.....	270
6.7	O mandado de injunção e sua concorrência com o mandado de segurança.....	273
6.8	Fungibilidade entre ADI por omissão e mandado de injunção	273
6.9	Principais diferenças entre ADI por omissão e mandado de injunção	274
7.	Uma visão crítica da “atividade legislativa” pelo Supremo Tribunal Federal	275

CAPÍTULO IX

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO

DE PRECEITO FUNDAMENTAL.....	281
1. Preceito fundamental.....	283
2. A característica da subsidiariedade	285
3. Objeto	289
4. Hipóteses de cabimento	294
4.1 ADPF autônoma	294
4.2 ADPF incidental, ou por equivalência ou por equiparação.....	294
4.3 Quadro mnemônico das modalidades das ADPFs.....	296
5. Legitimidade.....	296
6. Competência.....	297
7. Procedimento.....	298
7.1 Petição inicial	298
7.2 Informações das autoridades das quais emanou o ato normativo e as manifestações do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República	299
7.3 Julgamento da ADPF.....	300
8. Efeitos das decisões.....	301
8.1 Efeitos da medida liminar	301
8.2 Efeitos da decisão final.....	301
9. Fungibilidade entre ADPF e ADI.....	301
10. Aplicação dos institutos estudados na ADI.....	302

CAPÍTULO X

AÇÃO DIRETA

DE INCONSTITUCIONALIDADE INTERVENTIVA.....	303
---	------------

1. Intervenção federal	303
2. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva como uma ação do controle de constitucionalidade concentrado e concreto	304
3. Legitimidade.....	305
4. Competência.....	305
5. Parâmetro de controle e objeto de controle	305
6. Procedimento.....	306
7. Peculiaridades da decisão final	308
8. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva estadual.....	309

CAPÍTULO XI

TÉCNICAS DE JULGAMENTO.....	311
1. Interpretação conforme à constituição	311
2. Declaração parcial de nulidade sem redução de texto.....	314
3. Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade ou declaração de inconstitucionalidade de caráter restritivo (com limitação de efeitos).....	317
4. Declaração de inconstitucionalidade progressiva no tempo ou declaração de inconstitucionalidade de lei ainda constitucional ou declaração de constitucionalidade de norma em trânsito para a inconstitucionalidade.....	319
5. Declaração de inconstitucionalidade circunstancial ou declaração de lei ainda inconstitucional.....	321
6. Apelo ao legislador	323
7. Inconstitucionalidade por arrastamento ou por atração ou inconstitucionalidade consequente de preceitos não impugnados ou inconstitucionalidade consequente ou derivada	326
8. Princípio da proporcionalidade	329
8.1 Distinção entre regras e princípios.....	329
8.2 Origem histórica do princípio da proporcionalidade.....	332
8.3 Os subprincípios do princípio da proporcionalidade.....	335
8.4 Crítica ao princípio da proporcionalidade.....	339
9. Mutação constitucional.....	341
9.1 Conceito de mutação constitucional	342
9.2 Mutação constitucional fática e mutação constitucional jurídica.....	344

9.3	Limites à mutação constitucional.....	345
9.4	Crítica a teoria da transcendência dos motivos determinantes do controle difuso, decorrente da RCL. 4335.....	349

CAPÍTULO XII

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NOS ESTADOS,

NO DISTRITO FEDERAL E NOS MUNICÍPIOS 353

1.	Controle de constitucionalidade incidental nos estados.....	354
2.	Controle de constitucionalidade principal (ou abstrato) nos estados.....	355
2.1	Legitimidade.....	356
2.2	Simultaneidade de ações com o mesmo objeto para fins de controle de constitucionalidade perante o TJ e o STF.....	357
2.3	O recurso extraordinário em face da decisão no controle de constitucionalidade principal dos estados.....	358
2.4	Cabimento da suspensão de liminar no STF da decisão de controle concentrado nos estados	360
2.5	A lei orgânica do município no controle de constitucionalidade principal (ou abstrato) dos estados.....	361
3.	Controle de constitucionalidade no Distrito Federal.....	362
4.	Controle difuso de constitucionalidade das leis municipais em face das respectivas leis orgânicas	362

REFERÊNCIAS 365

APRESENTAÇÃO

A presente obra nasce após um longo período de pesquisa doutrinária e jurisprudencial, com a finalidade de auxiliar os candidatos a concurso público e estudantes do Direito a compreenderem o controle de constitucionalidade no Brasil.

Apesar do caráter objetivo, traz uma visão crítica sobre alguns temas, com questionamentos acerca da posição do Pretório Excelso em determinados assuntos. Busca-se, com tal postura, uma preparação do candidato para as provas discursiva e oral, além de propiciar um amadurecimento dos leitores sobre o conceito de Democracia e jurisdição constitucional num Estado Democrático de Direito.

Ademais, ao longo da obra foram acrescentadas diversas questões de concurso público, para possibilitar ao leitor verificar, logo após o estudo, como a matéria exposta foi cobrada pelas bancas nas provas. São mais de 80 (oitenta) questões, contendo o respectivo gabarito, bem como a fundamentação da resposta (que pode estar no texto imediatamente anterior à questão).

Apesar de todo o tempo e trabalho expendidos, tal como se dá com qualquer obra, este livro é passível de crítica e aperfeiçoamento. Portanto, deixo aberto um canal de diálogo (livrocontrole@hotmail.com) com os leitores, que poderão mandar sugestões para edições futuras.

O tempo dirá se os objetivos foram alcançados, mas, no momento, fica o meu fraterno abraço a todos. Boa sorte aos concurreiros nos respectivos projetos de vida. Espero ter contribuído nessa árdua caminhada para o sucesso.

Vitória/ES, 8 de agosto de 2010.

BRUNO TAUFNER ZANOTTI